



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

II PROCESSO SELETIVO PARA A FUNÇÃO DE JUIZ LEIGO

CADERNO DE PROVA OBJETIVA

INSTRUÇÕES PARA A PROVA OBJETIVA (1ª FASE)

1. Aguarde a autorização do fiscal de sala para abrir o caderno e iniciar a prova;
2. Verifique se seu caderno de provas contém 30 (trinta) questões de múltipla escolha, correspondentes à prova objetiva, e se estão corretamente ordenadas de 1 a 30, cada uma possuindo cinco alternativas "A, B, C, D, E".
3. Confira seus dados no CARTÃO-RESPOSTA: NOME e Nº da INSCRIÇÃO. ASSINE no espaço indicado no cartão;
4. Caso o caderno de prova ou o cartão-resposta estejam incompletos ou apresentem algum defeito, comunique aos fiscais de sala, que adotarão as providências adequadas;
5. A duração da prova objetiva é de 2 (duas) horas, incluindo a transcrição das respostas para o Cartão-Resposta;
6. O Cartão-Resposta da prova objetiva será recolhido ao final do prazo acima referido. Será eliminado o candidato que se recusar a entregar o Cartão-Resposta da prova objetiva ao final do prazo indicado no item 5;
7. O caderno de prova objetiva poderá ser levado somente na hipótese de o candidato se retirar da sala de aplicação após o início da prova subjetiva (2ª fase);
8. Durante o período de realização da prova objetiva (1ª fase) será vedada a consulta ao *vade mecum*, devendo o mesmo ser armazenado abaixo da carteira do candidato;
9. O candidato que for flagrado fazendo uso de aparelhos eletrônicos (BIP, telefone celular, smartphone, tablet, smartwatch, gravador, pager, notebook, etc), livros e anotações será automaticamente eliminado do certame. Não será permitida, ainda, a comunicação entre candidatos, a utilização de óculos escuros e boné/chapéu;
10. A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno de provas poderá implicar a anulação da sua prova;
11. Transfira as respostas para o Cartão-Resposta utilizando apenas caneta de tinta azul ou preta, preenchendo toda a área reservada à letra correspondente à resposta, lembrando que só há uma resposta correta para cada questão, de acordo com modelo:

01	A		C	D	E
02	A	B	C		E

12. O candidato que optar por não concluir a prova objetiva (desistir da realização da prova) só poderá se retirar da sala após o prazo estipulado para término da 1ª fase.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
II PROCESSO SELETIVO PARA A FUNÇÃO DE JUIZ LEIGO

01. São privativos de brasileiro nato os seguintes cargos, EXCETO:

- a) Presidente e Vice-Presidente da República
- b) Ministro do Supremo Tribunal Federal
- c) Governador de Estado
- d) Presidente do Câmara dos Deputados
- e) Presidente do Senado Federal

02. O art. 52, X, da Constituição Federal dispõe que compete privativamente ao Senado Federal "suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal". Segundo a jurisprudência do STF, sedimentada desde a vigência da Constituição anterior, o artigo em exame é aplicado

- a) no controle de constitucionalidade difuso, apenas (art. 97, CF)
- b) no controle de constitucionalidade concentrado e difuso (art. 102, I, "a" e art. 97, CF)
- c) no controle de constitucionalidade concentrado, apenas (art. 102, I, "a")
- d) no controle de constitucionalidade concentrado e no controle exercido mediante a arguição de descumprimento de preceito fundamental. (art. 102, I, "a" e §1º, CF)
- e) apenas quando se tratar de arguição de descumprimento de preceito fundamental

03. À luz do entendimento do STF e do próprio texto legal, assinale a alternativa INCORRETA quanto à ADPF, regulada pelo art. 102, §1º, CF.

- a) Não caberá ADPF em face de veto presidencial
- b) É possível o ajuizamento da ADPF para impugnar lei municipal em face da Constituição Federal
- c) Por intermédio da ADPF, é possível que o legitimado requeira diretamente que o STF realize uma interpretação conforme a Constituição
- d) O Procurador-Geral da República só poderá ajuizar ADPF se a matéria envolvida possuir relação com a União Federal.
- e) Até a edição da Lei 9.882/99, que regulamentou a ADPF, não era possível sua propositura, tendo em vista que o dispositivo constitucional era de eficácia limitada.

04. Quanto à legitimidade para propor ADIn, ADC e ADIn por omissão (art. 103, CF), assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Anteriormente à CF 88, o único legitimado para propor ADIn (chamado à época de Representação) era o Procurador-Geral da República.
- b) O STF, em sua jurisprudência inicial, criara a figura da "associação de associações" para limitar o acesso das entidades de classe de âmbito nacional. Modernamente, porém, o STF mudou seu posicionamento por entender que o objetivo é a defesa da mesma categoria social.
- c) Com a EC 45, ampliou-se o número de legitimados para propor ADC, passando a ser os mesmos legitimados da ADIn.
- d) São legitimados para propor ADIn por omissão apenas o Presidente da República, a Mesa do Senado Federal, a Mesa da Câmara dos Deputados e o Procurador-Geral da República
- e) O Presidente da República possui legitimidade universal para propor ADIn

05. Assinale o órgão que irá dirimir o conflito de competência entre tribunais superiores e juizes de 1º grau de jurisdição vinculados a tribunais diversos, conforme interpretação extensiva dos artigos 102, I, "o" e 105, I, "d", CF:

- a) STF
- b) STJ
- c) TRF
- d) TJ
- e) CNJ

06. Compete ao STJ processar e julgar Governador pela prática de crime comum, nos termos do art. 105, I, "a". Segundo o entendimento do STF quanto ao tema do duplo grau de jurisdição, pode-se dizer que da decisão condenatória do STJ

- a) caberá recurso ordinário ao STF
- b) caberá recurso inominado ao STF
- c) caberá recurso extraordinário ao STF
- d) caberá apenas habeas corpus ao STF
- e) caberá Reclamação Constitucional ao STF

07. Quanto aos efeitos da decisão em sede de Ação Direta de Inconstitucionalidade, nos termos do art. 102, CF, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A regra geral, para a decisão definitiva, é o efeito *ex tunc*.
- b) A regra geral, para a decisão em medida cautelar, é o efeito *ex nunc*.
- c) Quando o STF realizar uma interpretação conforme a Constituição em decisão definitiva, os efeitos serão vinculantes.
- d) Segundo entendimento do STF, não haverá efeito vinculante em sede de medida cautelar.
- e) Na decisão definitiva, é possível concessão de efeito *pro futuro*, segundo o entendimento do STF.

08. Extingue-se o processo, sem resolução de mérito, nos termos do CPC vigente (1973), EXCETO:

- a) quando ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligência das partes.
- b) quando, por não promover os atos e diligências que lhe competir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias.
- c) quando se verificar a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo.
- d) quando o juiz acolher a alegação de preempção, litispendência ou de coisa julgada.
- e) quando o juiz pronunciar a decadência ou a prescrição.

09. Assinale a alternativa em que NÃO é cabível ação rescisória, segundo as regras do CPC vigente (1973):

- a) proferida por juiz suspeito ou impedido.
- b) ofender a coisa julgada.
- c) violar literal disposição de lei.
- d) houver fundamento para invalidar confissão, desistência ou transação, em que se baseou a sentença.
- e) fundada em erro de fato, resultante de atos ou de documentos da causa.

10. Quanto aos recursos, conforme previsão do CPC vigente (1973), assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Quando o pedido ou a defesa tiver mais de um fundamento e o juiz acolher apenas um deles, a apelação devolverá ao tribunal o conhecimento dos demais.
- b) Na modalidade de agravo retido o agravante requererá que o tribunal dele conheça, preliminarmente, por ocasião do julgamento da apelação.
- c) Cabem embargos infringentes quando o acórdão não unânime houver reformado ou confirmado, em grau de apelação, a sentença de mérito, ou houver julgado procedente ação rescisória.
- d) O relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior.
- e) Quando houver multiplicidade de recursos com fundamento em idêntica questão de direito, o recurso especial será processado, caberá ao presidente do tribunal de origem admitir um ou mais recursos representativos da controvérsia, os quais serão encaminhados ao Superior Tribunal de Justiça, ficando suspensos os demais recursos especiais até o pronunciamento definitivo do Superior Tribunal de Justiça

11. São títulos executivos extrajudiciais, segundo o CPC vigente (1973), EXCETO:

- a) a letra de câmbio, a nota promissória, a duplicata, a debênture e o cheque.
- b) a escritura pública ou outro documento público assinado pelo devedor.
- c) o documento particular assinado pelo devedor e por duas testemunhas.
- d) o crédito decorrente de foro e laudêmio.
- e) o contrato de seguro, desde que dotado de liquidez, certeza e exigibilidade

12. Assinale a alternativa correta segundo o disposto na Lei dos Juizados Especiais Cíveis:

- a) No caso da impossibilidade da efetivação da citação pelo correio, por oficial de justiça, seja pessoalmente ou por hora certa, proceder-se-á à citação por edital.
- b) Na hipótese de conciliação, a opção pelo procedimento previsto nesta lei importará em renúncia ao crédito excedente a 40 vezes o salário-mínimo.
- c) Os processos devem ser orientados pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, admitindo-se a assistência e o litisconsórcio.
- d) Não obtida a conciliação, tem-se que as partes poderão optar, de comum acordo, pelo juízo arbitral, na forma da Lei nº 9.307/96.
- e) É obrigatório o procedimento perante os Juizados Especiais Cíveis quando o valor da causa for até 40 salários-mínimos.

13. Quanto aos requisitos da sentença proferida nos Juizados Especiais Cíveis é correto afirmar que são:

- a) O relatório, os fundamentos e o dispositivo, sendo vedado ao juiz proferir sentença ilíquida.
- b) Os elementos de convicção do juiz, com breve resumo dos fatos relevantes ocorridos em audiência, dispensado o relatório.
- c) O relatório, os fundamentos e o dispositivo, podendo o juiz proferir sentença ilíquida quando o pedido for genérico.
- d) Os elementos de convicção do juiz, com breve resumo dos fatos relevantes ocorridos em audiência, dispensado o relatório, podendo o juiz proferir sentença ilíquida quando o pedido for genérico.
- e) Os elementos de convicção do juiz e o dispositivo.

14. Quanto aos recursos nos Juizados Especiais Cíveis é correto afirmar, exceto:

- a) No recurso, as partes serão obrigatoriamente representadas por advogado.
- b) O preparo será feito, independentemente de intimação, nas quarenta e oito horas seguintes à interposição, sob pena de deserção.
- c) O recurso terá somente efeito devolutivo, não podendo o Juiz dar-lhe efeito suspensivo.
- d) O recurso será julgado por uma turma composta por três Juízes togados, em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado.
- e) Da sentença, excetuada a homologatória de conciliação ou laudo arbitral, caberá recurso para o próprio Juizado.

15. Nos Juizados Especiais Cíveis, são causas de extinção do processo, exceto:

- a) quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo.
- b) quando inadmissível o procedimento instituído por esta Lei ou seu prosseguimento, após a conciliação.
- c) quando for reconhecida a incompetência territorial.
- d) quando falecido o autor.
- e) quando, falecido o réu, o autor não promover a citação dos sucessores no prazo de trinta dias da ciência do fato.

16. Segundo à Lei 9.099/95, no tocante à conciliação e transação penal, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A conciliação será conduzida pelo Juiz ou por conciliador sob sua orientação.
- b) Tratando-se de ação penal de iniciativa privada ou de ação penal pública condicionada à representação, o acordo homologado acarreta a renúncia ao direito de queixa ou representação; tratando-se de ação penal pública incondicionada o acordo acarreta a desistência da denúncia.
- c) Não obtida a composição dos danos civis, será dada imediatamente ao ofendido a oportunidade de exercer o direito de representação verbal, que será reduzida a termo.
- d) Havendo representação ou tratando-se de crime de ação penal pública incondicionada, não sendo caso de arquivamento, o Ministério Público poderá propor a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multas, a ser especificada na proposta.
- e) Não se admitirá a proposta se ficar comprovado ter sido o autor da infração condenado, pela prática de crime, à pena privativa de liberdade, por sentença definitiva.

17. Quando o Juizado Especial Criminal rejeita a denúncia ou queixa, será cabível:

- a) agravo
- b) reclamação
- c) recurso em sentido estrito
- d) correição
- e) apelação

18. Quanto à suspensão condicional do processo, prevista na Lei 9.099/95, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, abrangidas ou não por esta Lei, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo.
- b) A suspensão será revogada se, no curso do prazo, o beneficiário vier a ser processado por outro crime ou não efetuar, sem motivo justificado, a reparação do dano.
- c) É aplicável apenas no âmbito dos crimes de menor potencial ofensivo.
- d) A suspensão poderá ser revogada se o acusado vier a ser processado, no curso do prazo, por contravenção, ou descumprir qualquer outra condição imposta.
- e) Expirado o prazo sem revogação, o Juiz declarará extinta a punibilidade.

19. Quanto à competência e aos atos processuais no âmbito dos juizados especiais criminais, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A competência do Juizado será determinada pelo lugar em que se deu o resultado da infração penal.
- b) Os atos processuais serão públicos e poderão realizar-se em horário noturno e em qualquer dia da semana, conforme dispuserem as normas de organização judiciária.
- c) Não se pronunciará qualquer nulidade sem que tenha havido prejuízo.
- d) A citação será pessoal e far-se-á no próprio Juizado, sempre que possível, ou por mandado.
- e) Dos atos praticados em audiência considerar-se-ão desde logo cientes as partes, os interessados e defensores.

20. Um sujeito invade a casa da vítima, mas, ao iniciar a subtração de algumas jóias, soa o alarme e ele desiste do intento. No caso houve

- a) arrependimento eficaz
- b) desistência voluntária
- c) tentativa
- d) crime putativo
- e) crime impossível

21. É célebre o caso *Thomas*, ocorrido na Alemanha em 1875. *Alexander Keith* planejou colocar uma bomba em seu próprio navio visando a fraudar o seguro. Suponhamos, então, que ele sabia que a poderosa bomba era apta para matar todos os tripulantes e passageiros. Assim mesmo, colocou o artefato explosivo na embarcação. O navio explodiu e todos que ali estavam faleceram. No tocante ao homicídio praticado em face dos tripulantes e passageiros, houve

- a) dolo direito de segundo grau
- b) dolo eventual
- c) dolo alternativo
- d) culpa consciente
- e) culpa consentida

22. Um médico se nega, por alegar que estava com pressa para encontrar sua namorada, a atender uma pessoa, que passava na rua e estava em perigo de vida. A paciente vem a falecer em decorrência dessa omissão. O médico, em tese, praticou um crime

- a) comissivo
- b) omissivo puro
- c) comissivo por omissão
- d) de perigo abstrato
- e) de perigo concreto

23. Analise o dispositivo do Código Penal descrito abaixo:

“Art. 150. Entrar ou permanecer, clandestina ou astuciosamente, ou contra a vontade expressa ou tácita de quem de direito, em casa alheia ou em suas dependências.”

Caso não ocorra a contrariedade de que trata a expressão grifada, não haverá crime porque

- a) fica afastada a tipicidade
- b) incidirá uma excludente de ilicitude supralegal
- c) incidirá uma excludente de punibilidade
- d) incidirá uma excludente de culpabilidade
- e) incidirá uma excludente de ilicitude prevista no Código Penal

24. Assinale a alternativa relativa à antinomia própria, segundo o entendimento de Maria Helena Diniz

- a) quando há desarmonia numa ordem jurídica pelo fato de dela fazerem parte diferentes idéias fundamentais entre as quais se pode estabelecer um conflito
- b) no de o legislador não ser fiel a uma valoração por ele próprio realizada
- c) quando uma conduta aparece ao mesmo tempo prescrita e não prescrita, proibida e não proibida, prescrita e proibida
- d) quando apresenta incompatibilidade entre os fins propostos por certa normas e os meios previstos por outra para a consecução daqueles fins
- e) quando há falta de uniformidade da terminologia geral

25. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Quando as circunstâncias exigirem, aquele que causa lesão a pessoa, agindo sem excessos, a fim de remover perigo iminente, não comete ato ilícito, mas mesmo assim ficará obrigado a reparação de danos, se a pessoa lesada não for culpada do perigo.
- b) A desproporção entre a gravidade da culpa e o dano pode ser critério hábil a intervir na fixação do quantum indenizatório.
- c) A responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a culpa e a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando essas questões estiverem decididas no júzo criminal.
- d) Ao contrário do Código Civil anterior, no atual os graus de culpa (grave, leve e levíssima) e a concorrência de culpa pela vítima são decisivos para o juiz fixar o valor da indenização.
- e) São responsáveis pela reparação civil, o empregador ou comitente, por seus empregados, serviçais e prepostos, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele, ainda que não haja culpa de sua parte (empregador ou comitente).

26. Com relação ao contrato de compra e venda é correto dizer:

- a) Nos casos de a venda se realizar à vista de amostras, protótipo ou modelo, não fazem estes parte integrante do próprio contrato.
- b) É anulável o contrato de compra e venda que deixa a fixação do preço ao arbítrio exclusivo de uma das partes.
- c) No caso de venda de coisa comum, havendo condôminos interessados, preferir-se-á o que tiver benfeitorias de maior valor e, na falta de benfeitorias, o de quinhão maior.
- d) A fixação de preço não pode ser feita em função de índices e parâmetros, ainda que suscetíveis de objetiva determinação.
- e) O objeto da compra e venda, no caso de coisa futura, se esta não vier a ter existência, sempre será considerado sem efeito.

27. Em matéria de posse, é correto afirmar que:

- a) A posse de fâmulo é aquela exercida pelo locatário.
- b) É de boa-fé a posse somente se autorizada expressamente pelo proprietário ou pelo titular do domínio útil.
- c) A composses somente é admitida em relação aos bens indivisíveis.
- d) No sistema jurídico brasileiro, considera-se detentor aquele que exerce poder de fato sobre a coisa sem, todavia, fazê-lo com *animus domini*, já que este elemento subjetivo é essencial à caracterização da posse.
- e) Pelo constituto possessório ocorre a aquisição da posse, sem a entrega material do bem.

28. Assinale a alternativa correta:

- a) É vedado ao fornecedor condicionar os limites quantitativos do fornecimento de produtos, de modo a estabelecer que a aquisição versará sobre limite mínimo e máximo de unidades.
- b) O fabricante ou o importador assegurarão a oferta de componentes e peças de reposição do produto enquanto eles estiverem sendo vendidos no mercado.
- c) O Código de Defesa do Consumidor veda expressamente a utilização de *merchandising* e do *teaser*, por afrontarem o princípio da identificação obrigatória da publicidade.
- d) Havendo discussão a respeito da veracidade e da correção da informação publicitária, o ônus da prova será do patrocinador da veiculação da informação.
- e) É considerada abusiva a comunicação de caráter publicitário inteiramente falsa que induza a erro.

29. No que tange às cláusulas abusivas é correto afirmar:

- a) Reputa-se abusiva a cláusula de renovação automática do contrato de abertura de crédito.
- b) O CDC enumera hipóteses em que o caráter abusivo estaria configurado, mas utilizou o sistema aberto ao admitir outras situações.
- c) Se expressamente consignada em contrato, não é considerada abusiva a cláusula contratual de plano de saúde que limite o tempo de internação hospitalar do segurado.
- d) Desde que haja consenso entre as partes, não é abusiva a cláusula contratual que permita inverter o ônus da prova em prejuízo do consumidor.
- e) A nulidade de uma cláusula abusiva acarreta a nulidade de todo o contrato no qual se encontra prevista.

30. Segundo o Código de Ética (Anexo II da Resolução CNJ nº 174/2013) os juízes leigos

- a) devem zelar pela dignidade da justiça.
- b) devem abster-se de captação de clientela no exercício da função de juiz leigo.
- c) devem informar às partes, de forma clara e imparcial, os riscos e consequências de uma demanda judicial.
- d) devem abster-se de fazer pré-julgamento da causa.
- e) em caso de descumprimento de seus deveres, será cabível representação perante à Corregedoria do Tribunal de Justiça.